

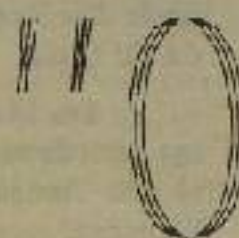


SERPAJ/BRASIL

JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

ANO XIV - NÚMERO 28 - MAIO DE 1995

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SERPAJ/BRASIL



“Se eliminamos a carreira armamentista, ou deixaremos de existir”.

Esta afirmação resume todo um pensamento a respeito da fragilidade e da responsabilidade necessárias à toda pessoa humana em relação aos destinos deste planeta.

Existe um processo desenfreado de corrida para o fim da vida e da espécie. Esta situação é visível para todos os governantes de nações, para qualquer pessoa que tenha conhecimento mínimo a respeito das políticas mundiais de desenvolvimento e também para as pessoas mais simples, porque estas informações estão sendo veiculadas diariamente através dos meios de comunicação de massa. Todos os noticiários, jornais, etc., falam em guerras, assassinatos, destruição, fome e todas estas calamidades que acontecem no mundo inteiro, no Haiti, na Chechênia, em Ruanda, no Rio de Janeiro...

Na América Latina o grau de militarização é muito elevado. Existe uma cultura herdada de ditaduras extremamente violentas, cujas seqüelas até hoje perpassam todas as relações entre os povos deste continente, e que são incentivadas pelos mantenedores do poder político e econômico que investem na necessidade de armamentos para defesa dos seus interesses utilizando o poder público e a estrutura estatal.

O Brasil virou o país das chacinas, são tantas a cada semana no Rio de Janeiro, em São Paulo, que ninguém mais lembra do massacre de Carandirú, de Vigário Geral, dos Yanomamis e de tantas outras. Onde estão os responsáveis? Foram punidos?

Apesar desta situação, as Forças Armadas estão comprando armamentos, estão se equipando melhor para uma enfrentar o mito de uma guerra. Aqui a guerra é a fome, o desemprego, a pobreza, causada pelas desigualdades sociais, que faz milhares de vítimas. Esta guerra não será solucionada com a utilização das armas ou da violência...

E OS DIREITOS HUMANOS, COMO VÃO?

Decorridos 100 dias do governo FHC e dos novos governadores, pergunta-se: e os Direitos Humanos, como vão?

Infelizmente, a situação é preocupante.

Apesar de faltar um Banco de Dados ou estatísticas nacionais, com metodologia adequada para comparar os índices, há dados alarmantes.

Em São Paulo, em apenas dois meses, janeiro e fevereiro, a PM matou 136 pessoas, duas vezes mais que em 1994 no mesmo período. Em apenas dois meses a PM paulista matou mais que a polícia de Nova York em quatro anos! Isto não deveria estar ocorrendo, pois São Paulo tem um Governador democrático, assim, como tem como Secretário de Segurança - José Afonso da Silva - um conhecido jurista e democrata. Este número de mortes, somado a descoberta do "Túnel de Mauá" como lugar de desova de mortos pela PM e a denúncia de um Sítio em Parolheiros usado por Pms para torturar (e quem sabe, desaparecer pessoas?) significa que a PM está agindo por orientação própria, somado o fato da Justiça Militar garantir a impunidade. Basta lembrar que os Pms do Massacre do Carandiru não foram sequer afastados.

Por fim, só neste ano, ocorreram 15 (quinze) chacinas com 61 (sessenta e um) mortos por "justiceiros", traficantes ou pistoleiros de aluguel e só em dois casos há gente presa.

No Rio de Janeiro, em apenas um mês (entre 16 de fevereiro e 18 de março) 132 pessoas morreram de forma violenta nas ruas e foram enterradas como indigentes. O Exército volta às ruas na Operação Rio II, mas continua crescendo o número de seqüestro, chacinas da guerra do tráfico, ação de "justiceiros", denúncias de torturas e execuções extra judiciais, desaparecimento de pessoas (como o caso de

Marcos Rufino) e houve caso de execução de dois assaltantes um deles - Cristiano - sendo executado pelo Cabo Flávio com a cumplicidade de dois Pms diante das Câmaras da TV Globo.

Em Minas Gerais, seis bombas explodiram em cinema, Sindicato dos Jornalistas, OAB/BH, etc, felizmente sem vítimas, e as suspeitas recaem sobre grupos truculentos da polícia civil, também acusada de vários casos de tortura (desde 94, cerca de 100 policiais respondem processos por tortura). É significativo o aumento da violência contra as mulheres.

Em Alagoas, o próprio Secretário de Segurança comandou a execução de nove supostos assaltantes no Condomínio Solaris e fez declarações públicas defendendo as execuções sumárias.

No Rio Grande do Norte, a chacina no "Mãe Luíza" não teve a resposta adequada pelas autoridades.

No Rio Grande do Sul, um numeroso grupo da Brigada Militar em Uruguaiana invadiu o Presídio, encapuçados, retirou da cela uma pessoa e fuzilou. Antes, matara um operário "por engano" pensando que fosse o que depois retiraram do Presídio. O Governo afastou cinco brigadeiros.

O problema para apurar crimes da própria polícia, do tráfico e dos grupos de extermínios é o medo das testemunhas que não proteção.

Outras formas de violação dos direitos humanos chamaram a atenção: o aumento do "turismo sexual" em várias cidades no verão envolvendo meninas e turistas estrangeiros.

O atraso e negligência dos Governos nas demarcações das terras indígenas vem propiciando conflitos como o dos Kiriris na Bahia, uma tribo historicamente

pacífica, agora em pé de guerra para não ser expulsa de suas terras. Enquanto prosseguem os suicídios dos índios Guarani.

O Jornal do Brasil revelou que há 7 (sete) milhões de crianças e adolescentes trabalhando, em condições péssimas, das quais mais de 2 (dois) milhões com menos de 14 anos. (O Brasil é o 3º lugar mundial em evasão escolar, só perdendo para o Haiti e Guiné-Bissau).

É amplamente reconhecido que os direitos civis e políticos melhoraram no Brasil, mas aumentaram as violações de direitos humanos.

Nem tudo é negativo.

Destaco como positivo na mídia o declínio do Aqui e Agora, forçado a mudar de linha, a cobertura favorável a visita do Secretário Geral da Anistia Internacional, Pierre Sané; a posição crítica da Mídia à execução realizada pelo Cabo Flávio na frente da TV.

No âmbito do Governo Federal, destaco o estímulo do Ministro Jobim à projetos importantes como: a regulamentação do crime de tortura; a reformulação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; o julgamento dos crimes comuns de policiais militares pela justiça Civil; a proteção das testemunhas.

Pressionado pelo sistema global e continental de Direitos Humanos, o Brasil ratifica tratados e convenções importantes e fez o I Relatório sobre Direitos Civis e Políticos.

Mas, o Ministro Jobim prioriza a "articulação política das Reformas" e ainda deixa sua função quanto aos Direitos Humanos em segundo plano.

Positiva também foi a criação da Comissão Permanente dos Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, que apressará a tramitação dos projetos, resgata as con-

clusões das grandes CPIs, apoia e abre espaço aos movimentos de direitos humanos e age sobre a opinião pública. Vem se somar as Comissões de Direitos Humanos em várias Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, aos ouvidores públicos, as coordenadorias e conselhos municipais.

Desde a Constituição em 1988 vem crescendo o papel do Ministério Público nos Estados e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Por fim, espalha-se pelo país uma rede de organizações não-governamentais como o SERPAJ, MNDH, MNMMR, INESC, IBASE, AGEN, Centro Santo Dias, Núcleo de Estudos da Violência, Comissão Teotônio Vilela, Movimentos de Negros, Mulheres, Deficientes e etc, pelos direitos humanos. Movimentos que não ficam apenas nas denúncias, que também propõem como avançar na dura, penosa e nobre causa dos direitos humanos.

Deputado Nilmário Miranda

Presidente da Comissão Permanente dos Direitos Humanos da Câmara Federal



Informe sobre a Trienal da IRG

CONHECENDO AS MULHERES

"Nossas vidas cotidianas têm que ser visíveis, devem converter-se em política internacional. Minha política internacional é que Haya venha à minha casa. Ai está o meu governo" (Stasha).

Stasha, de Belgrado, e Haya, de Jerusalém, participaram do grupo temático de trabalho das mulheres contra a violência, na reunião Trienal da Internacional de Resistentes à Guerra (IRG) realizada em São Leopoldo, Brasil, em dezembro de 1992. Ainda que as conclusões do grupo não possam ser resumidas de forma breve, as palavras de Stasha expressam o princípio fundamental de tudo o que se expressou.

AS MULHERES NO BRASIL

Duas das coordenadoras nacionais do SERPAJ/Brasil (Serviço Paz e Justiça, rede latino-americana não-violenta) participaram também do grupo de trabalho das mulheres. Elas deram depoimento sobre a sua e sobre as mulheres brasileiras. Mariene Pantoja, de Manaus, no Amazonas, e Maria da Penha, de Brasília. O trabalho que realizam estas mulheres se encontra diretamente enraizado nas vidas cotidianas de muitas mulheres brasileiras. As duas trabalham com comunidades e sua principal responsabilidade é o trabalho de organização entre as mulheres pobres.

Porém, são também muito conscientes de como os fatos concretos desta vida cotidiana servem de sustentação para um sistema econômico nacional e internacional, e de como uma série de fatores tornam possível a exploração econômica que sofrem as mulheres e as crianças brasileiras. Estes fatores se sustentam na ideologia sobre o que seria o papel e o comportamento adequado às mulheres.

Mariene é de origem indígena. Não cresceu em uma cultura indígena; de fato, só recentemente descobriu esta sua herança, que agora serve como fonte de inspiração. Viveu nas favelas de Manaus e começou na política pela primeira vez quando se uniu a protestos relacionados com a moradia. Não era pacifista. Ainda que não levasse armas, acreditava que a força das armas seria necessária para mudar a opressão. Sua evolução rumo a não-violência teve que ver com um ministro local que "sempre vinha e me falava de não-violência o tempo todo. Ao final resolvei, vou ver o que é isto". Sua experiência de enfrentamento não-violento contra as polícias armadas teve o efeito de tornar mais profunda sua convicção de "que o ativismo sem armas, por mais que seja lento e menos emocionante, era a única via para avançar".

"As mulheres no Brasil não descobriram o poder que lhes proporcionaria união. Porém, eu creio que as mulheres têm maior potencial para a mudança. Temos mais paciência, mais esperança e maior capacidade de resistência". Está em um grupo que discute os direitos das mulheres e sua relação com outros temas sociais, que inclui "de lavadeiras a advogadas". Porém, é difícil. O movimento popular no Brasil está em regressão pelas políticas econômicas: as pessoas não se organizam se estão morrendo de fome, a há um desemprego muito alto. Em Manaus, na nossa sede, temos uma máquina de escrever e um arquivo. Tentamos nos sustentar produzindo comidas e artesanatos indígenas".

OS CORPOS DAS MULHERES E SUAS VIDAS TAMBÉM

Mariene e Penha falam das políticas de esterilização massivas do Brasil, altíssimas em 1992, levadas a cabo em parte por financiamento EEUU. Se tratava de um dos muitos programas desenhados para "controlar" a população do Mundo Super-Explorado. Faz parte de um programa nacional e internacional de controle social.

Elas estimam que se esterilizou milhares de mulheres brasileiras sem que soubessem e sem que consentissem. Agora, a princípio, pedem às mulheres que apresentem um certificado de que foram esterilizadas para ser obtido um trabalho. Para que quem lhe emprega não tenha a preocupação sobre baixas de produção por causa da gravidez e nem licença maternidade. "A opressão econômica implica em muitas coisas: esterilização, sexualidade, direito das trabalhadoras". Tudo isto, encontra-se entrelaçado.

Penha falou sobre o machismo brasileiro e sobre como funciona até na hora de justificar a violência doméstica, que chega inclusive ao assassinato. O machismo é também parte do sistema econômico, pois proporciona as razões que explicam porque as mulheres recebem muitíssimo menos, etc.

"Dizem que as mulheres devem ficar em casa porque é seguro. Porém, há mais violência em casa do que nas ruas". Mariene também descreveu sobre os homens que abandonam suas famílias porque não podem mantê-las ("o que é um insulto a sua honra"), viajando para encontrar trabalho e formando novas famílias em outros lugares, sem ocupar-se em absoluto com suas anteriores mulheres e filhos e, às vezes, voltando a abandonar as novas famílias.

Mariene e Penha encontraram

muitos pontos em comum com Saswati Roy, membro do Grupo de Trabalho das Mulheres da IRG desde a Conferência de Bangkok, em 1992, e que também trabalha com sua comunidade na Índia. Apesar de que Saswati e as mulheres do SERPAJ viverem em pontos opostos do globo, compartilham experiências e idéias comuns (de processos de "conscientização", das campanhas de alfabetização e dos modelos econômicos alternativos, as relações com os maridos que se negam a que suas mulheres se cômquem e sejam ativas).

O tema que mereceu um debate intenso foi o nacionalismo, as "não sempre claras" distinções entre nacionalismo e a autodeterminação dos povos, e a relação de ambas com a autodeterminação das mulheres individuais.

AS MULHERES DA TRIENAL CONFERÊNCIA DE MULHERES

As mulheres foram muito vistas na Trienal, apesar de o tema mulher ter sido pouco tratado nos outros grupos temáticos (o que reflete, quem sabe, nossas próprias dificuldades na hora de manter um equilíbrio entre assegurar que as mulheres tenham um espaço próprio, e também que nossas preocupações não fiquem só nos grupos de mulheres. Este complexo problema foi também discutido no grupo temático). Mais da metade das que falaram no plenário foram as mulheres, neste Conselho saíram eleitas sete mulheres dos doze postos que há.

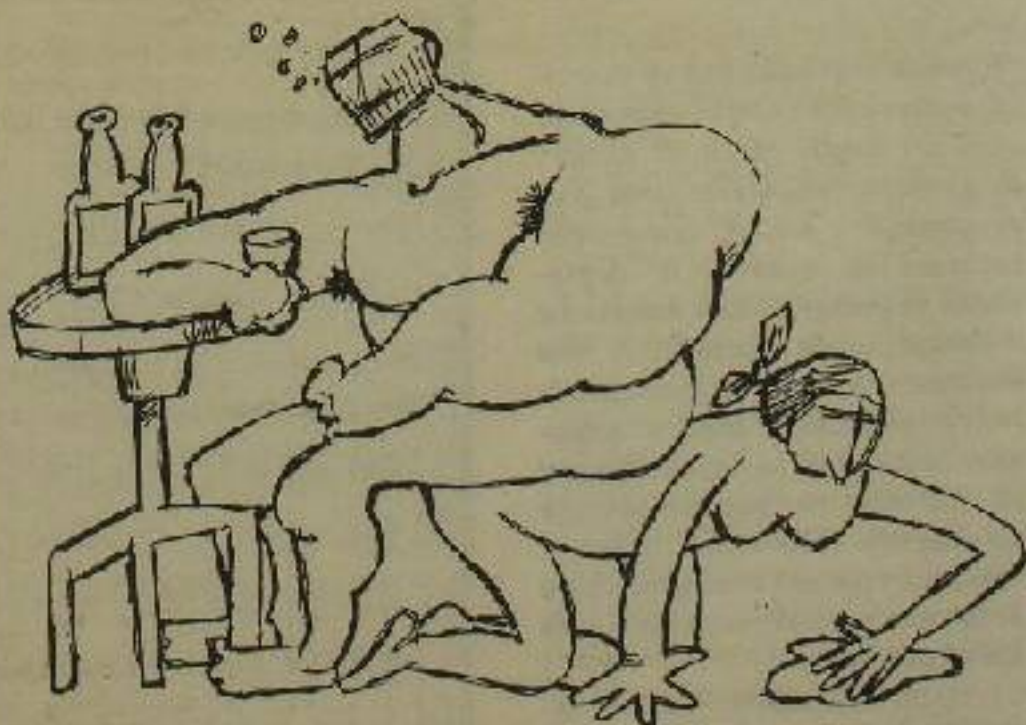
Maggie Hedvig
Responsável pelo Grupo de mulheres da IRG

DIREITOS HUMANOS: COMO RESGATÁ-LOS?

O SERPAJ em sua histórica luta pela vida e pela dignidade dos povos, viabiliza mais uma ação para contribuir com o entendimento e a discussão em torno dos Direitos Humanos em seus diversos aspectos. Numa coletânea de artigos solicitados à pessoas de destaque na sociedade brasileira como Moema Viçez, Benedita da Silva, Hélio Bicudo, Mônica S. Hummel e entidades como INESC, CIMI e

MST, o SERPAJ/Brasil aborda, em forma de revista, os Direitos Humanos e a necessidade de resgatá-los, como também, apresenta propostas metodológicas que ajudarão grupos e pessoas a desenvolverem processos educativos em seus locais de atuação.

Para receber esta revista em sua casa, basta enviar cheque nominal ao SERPAJ Brasil, no valor de R\$ 5,00 e solicitar o envio da mesma.



MANIFESTO CONTRA O SISTEMA E A CONVOCAÇÃO MILITAR

No dia 15 de Maio de 1995 está sendo deflagrada uma Campanha Mundial contra o Sistema e a Convocação Militar. Com o objetivo de abolir a guerra e todos os gastos decorrentes do treinamento e da preparação para a mesma, esta Campanha visa atingir o maior número de pessoas, personalidades e organizações e criar um pensamento universal contra a guerra, o militarismo e todos os seus mecanismos violentos.

No Brasil o SERPAJ Nacional e o Regional Sul, estão coordenando esta Campanha a nível nacional, desenvolvendo várias atividades nos regionais para conseguir o maior número de assinaturas possível.

Esta declaração contra o Abastamento e o Serviço Militar, foi feita em 1925 e 1930, por Albert Einstein, Mahatma Gandhi, Bertrand Russel e Sigmund Freud, entre muitos outros humanistas do nosso século:

Em nome da humanidade, pela causa de todos os civis atemorizados pelos crimes de guerra, especialmente as mulheres e as crianças e em benefício da mãe natureza dilacerada pelos preparativos para a guerra e seus custos.

"É nossa convicção que os exércitos convocados compulsoriamente com seu amplo corpo de oficiais de carreira, constituem uma grave ameaça a paz. A convocação compulsória envolve a degradação da personalidade humana e a destruição da liberdade. A vida nos quartéis, os exercícios militares, a obediência cega a quaisquer comandos, por mais injustos ou estúpidos que possam ser, e o treinamento deliberado para a matança, destrói o respeito pelo indivíduo, pela democracia e pela vida humana.

É degradante para a dignidade humana forçar pessoas a

dar suas vidas ou infligir a morte contra sua vontade, ou sem ter convicção quanto à justiça e suas ações. O Estado que se supõe autorizado a forçar os seus cidadãos a ir à guerra, nunca irá prestar a necessária menção ao valor e a felicidade da vida desses cidadãos em tempos de paz. Além do mais, através da convocação compulsória, o espírito militar de agressividade é implantado em toda a população masculina, na idade mais impressionável. Pelo fato de treinarem pela guerra, a humanidade vem a considerar que a guerra é inevitável, e até mesmo desejada".

Em nossa era de amplo desenvolvimento tecnológico, não podemos renunciar a nossa responsabilidade de atuar a tempo, de acordo com nossas consciências. Já é tempo de desmilitarizar nossas mentes e sociedades, para falar com a firme convicção contra a guerra e tudo que orienta para a mesma.

CAMPANHA DE OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA À JUSTIÇA MILITAR

O SERPAJ/BRASIL, juntamente com o Grupo de Familiares de Vítimas da Violência Policial, vem desenvolvendo desde outubro/94 uma campanha de assinaturas contra a Justiça Militar. Estão sendo recolhidas assinaturas em todo o país e atualmente contamos com 1.752. Porém, precisamos conseguir um milhão de assinaturas para apresentarmos à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei que revogue o disposto na letra "F" do Inciso 2 do Artigo 9º do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969, para assim, atribuir à Justiça Comum a competência para julgar crimes de militares.

A existência de uma Polícia Militar e de uma Justiça Militar aumenta a impunidade. Isto também decorre do fato de não existirem mecanismos de controle social sobre estas instituições. Crimes violentos cometidos por militares são julgados sem o acompanhamento dos envolvidos, da sociedade e das

instituições democráticas do Estado brasileiro. Parece-nos que esta prática é um desrespeito ao Estado Democrático e aos Direitos Humanos.

Todas as pessoas interessadas em participar desta Campanha podem solicitar os abaixo assinados à sede do SERPAJ/Brasil.

CARTA DE APOIO

A Câmara Municipal de São José dos Campos, São Paulo, aprovou em novembro de 1994, uma moção de apoio à Campanha desencadeada pelo SERPAJ/Brasil.

A proposta de apoio, apresentada pelo Vereador Carlinhos Almeida, do Partido dos Trabalhadores apresenta o seguinte texto - aprovado unanimemente:

"É certo que os cidadãos têm direito à segurança, da mesma forma como é certo que não a têm conseguido ao confiar na PM e nas for-

13 RAZÕES CONTRÁRIAS À GUERRA E AO MILITARISMO

1. Não sou à controle remoto para responder à comandos;
2. Detesto que escolham os meus inimigos;
3. Tenho alergia à falta de inteligência;
4. Prefiro morrer amando do que guerreando;
5. Tenho horror às casas fechadas, ruas desertas, crianças abandonadas e pessoas má-amadas;
6. Tenho horror ao chulé dos coturnos;
7. Não sou minhoca para me deitar em trincheiras;
8. Sou religioso e na guerra não tem igreja nem padre para me confessar;
9. Não gosto de participar de atitudes idiotas;
10. Prefiro uma vida de gente viva a fedor de gente apodrecida;
11. Guerra para mim, nem dos sexos;
12. Prefiro "Conhaque de Alcatraz" a catraca de canhão;
13. Prefiro vozes estridentes do que bombas escaldantes.

O objetivo oficial da ocupação das favelas do Rio de Janeiro é "acabar com o narcotráfico, o crime organizado e a violência no Estado". Ampla cobertura vem sendo dada pela imprensa, buscando induzir o apoio da população à ação militar e policial. Entretanto, pouco antes de começarem as operações nas favelas, o jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 13/11/94, pág. 1-11, publicou o documento do Comando Militar do Leste intitulado "Operações Urbanas de Segurança Integrada em Áreas de Favelas - Ideias para Formulação Doutrinária", a partir do qual é fácil perceber quais são os reais motivos que estão por trás da ação do Exército.

Logo no início, o documento declara os objetivos principais das operações:

- a) Homogeneizar e difundir a experiência adquirida nas Operações Urbanas de Segurança Integrada em Áreas de Favela;
- b) Orientar o planejamento do preparo e emprego da tropa em operações futuras;
- c) Reunir subsídios para o estudo e a formulação doutrinária.

Comparando a ação dos traficantes com a da guerrilha dos anos

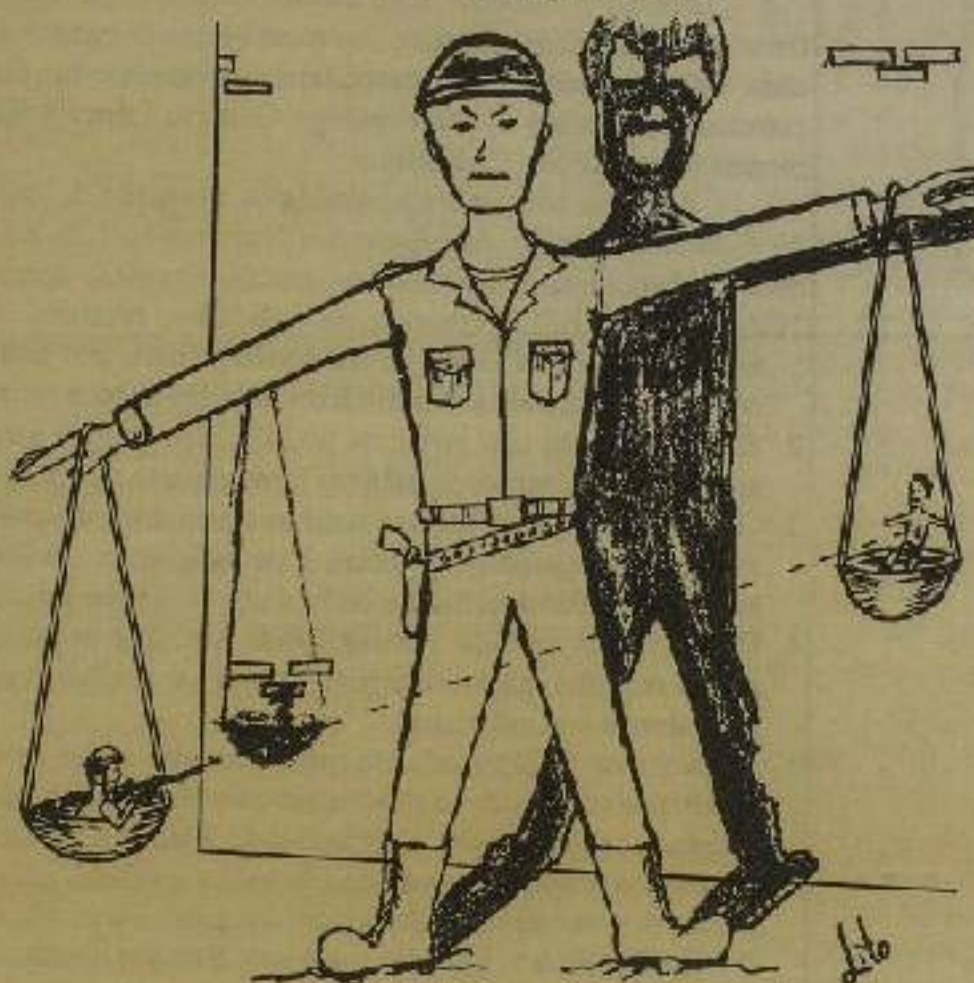
ECÃO À AR

ças armadas. A insegurança atenta profundamente contra a Ordem Institucional, o que dá garantias para a existência de esquadrões da morte, linchadores e justiceiros. É necessário e urgente, alternativas, mecanismos de Lei que promovam e dêem garantias para uma nova visão e formação de instituições democráticas. Isto parece-nos que tais fatos configuram-se em desrespeito ao Estado Democrático e aos Direitos Humanos.

Diante disso o SERPAJ Brasil está engajado na Campanha pelo fim da Justiça Militar, apresentada pelo Grupo de Familiares de Vítimas da Violência Policial e pela Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Isto posto, requero nos termos regimentais que esta casa aprove a moção de apoio à Campanha pelo fim da Justiça Militar promovido pelo SERPAJ/Brasil.

NENHUM HOMEM, NENHUMA MULHER, NENHUM CENTAVO PARA A GUERRA!



FF.AA NO RIO DE JANEIRO

70, o documento deixa claro que o que está se fazendo no Rio é um treinamento militar de grande envergadura e em situação de fogo real, como dizem os militares. As etapas e os aspectos definidos pelo documento para as operações estão sendo aplicadas na prática nas favelas cariocas: CERCO, INTERDIÇÃO, INVESTIMENTO, VASCULHAMENTO, MANUTENÇÃO DA ORDEM e DISSUAÇÃO. Mas, por que todo esse "treinamento"?

Basta pensar um pouco para chegar-se à conclusão que não é para o combate e a liquidação do tráfico de drogas. Os traficantes que agem nas favelas, controlando as bocas de fumo, são somente os varejistas, os vendedores finais do comércio internacional de drogas. A cocaína, o "crack" e mesmo grande parte da maconha que são vendidos no Brasil não são produzidas aqui, mas vêm do exterior, trazidos por grandes traficantes. O mesmo ocorre em relação aos contrabandistas de armas. Contra esses grandes, nada se faz e é claro que, por mais que se matem os varejistas, o comércio continuará a existir enquanto os atacadistas mantiverem a oferta de suas mercadorias.

A questão é que as favelas, como todos os locais de moradia dos trabalhadores e explorados nessa sociedade, são áreas abandonadas pelo Estado, que concentram a população que mal consegue sobreviver ou está desempregada ou ganhando um salário miserável, sem possibilidade de educação, saúde, saneamento básico, etc. É a população que o sistema capitalista multiplica a cada dia e por ter que tentar sobreviver de alguma forma e por viver de modo tão indigno e degradante e pode explodir a qualquer momento através de arrastões, revoltas como as dos carneiros, ou então é jogada na criminalidade.

No Rio de Janeiro a tensão e o clima de explosão social já estão muito desenvolvidos e isso poderá acontecer em todo o país em breve. É preciso compreender que o que estamos vendo aqui no Brasil é um fenômeno que se espalha por todo o mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde que as forças da repressão foram surpreendidas pelas revoltas de Los Angeles e outras cidades em 1982 (sufocadas somente com intervenção direta dos marines), também têm se intensificado os estudos e os treinamentos

militares visando o controle de rebeliões em grandes áreas urbanas. Ou seja, o que estamos assistindo é o aperfeiçoamento dos métodos de ação do poder implantado para manter dominada a maioria das pessoas.

No Brasil, isso não devia nos surpreender, já que as Forças Armadas historicamente têm servido para garantir os interesses das classes dominantes, através da violência pura e simples. Armam trabalhadores e explorados para atirar contra outros trabalhadores e explorados, como vimos, por exemplo, em 1988, na greve da CSN em Volta Redonda ou, mais recentemente, na repressão à ocupação dos sem-terra em Getulina, São Paulo.

Os trabalhadores, explorados e oprimidos só têm a perder com a militarização da sociedade com a ocupação das ruas e bairros pobres pelas Forças Armadas.

Mais do que nunca, faz-se necessária a participação de todos: trabalhadores e trabalhadoras, oprimidos e oprimidas, explorados e exploradas, porque é tarefa de todos a organização do país!

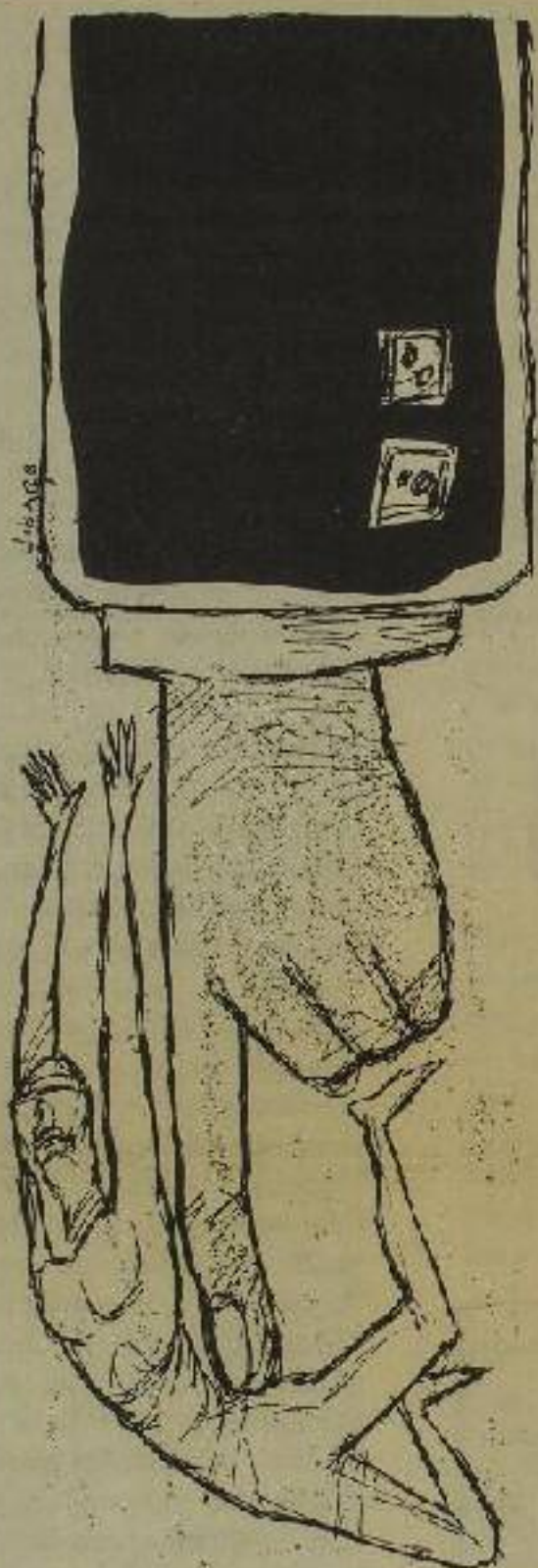
CAMPANHA PELA OBJEÇÃO FISCAL AOS GASTOS MILITARES

A Campanha pela Objeção Fiscal aos Gastos Militares desenvolvida na Itália, tem o objetivo, não somente de opor-se aos gastos militares, mas também, construir uma alternativa não-violenta com respeito às armas e aos exercícios através de um trabalho a nível político e a nível de base.

A nível político existe no Parlamento Italiano uma proposta de lei apresentada em 1989 por 80 deputados (num total de 610 na Assembleia Nacional). Esta proposta prevê a instituição de um organismo autônomo para a Defesa Civil Não-Armada do Ministério da Defesa com possibilidade que o contribuinte possa decidir o destino dos tributos destinados ao Estado para a Defesa Armada ou para a Defesa Não-Armada. Outro objetivo político está na reforma da lei sobre objeção ao Serviço Militar que prevê capacitação e treinamento para a Defesa Não violenta aos objetores e a possibilidades desses de intervenção não-violenta nos lugares de conflito. Esta reforma foi aprovada pelo Parlamento Italiano em janeiro de 1992, porém, o Presidente Cossiga ameaçou não assiná-la. Outra vez foi aprovada em 1993 só por uma das partes do Parlamento (a Câmara) e não chegou ao voto final do Estado (a outra parte do Parlamento) pelo dissolução do Parlamento prescrito com antecipação para o Presidente da República.

A luta por estas leis segue em frente, porém, o novo Parlamento eleito está menos sensível que o precedente.

A nível de base a Campanha apoia e impulsiona projetos, grupos, organismos, lutas, que podem desenvolver a Defesa Popular Não-Violenta. Por isto a Campanha tem uma secretaria de projeto DPN e um Comitê Científico que dá impulso ao trabalho de capacitação e investigação sobre DPN.



CHIAPAS

A LUTA DE UM POVO

O sistema neoliberal implantado na América Latina, vem trazendo sérias consequências para as classes sociais oprimidas e causando o aumento da miséria, da fome, dos conflitos sociais, etc.

Porém, o México, mais diretamente a população de Chiapas, rebelou-se contra o sistema neoliberal demonstrando ao mundo que o mesmo acentua as diferenças econômicas, sociais, culturais, políticas, desrespeitando os povos e sua autodeterminação. A seguir destacamos extratos dos escritos do Antropólogo Gilberto López y Rivas e do Periodista e Assessor Parlamentar Nayar López Castellanos:

Algumas conclusões preliminares a respeito da transcendência do levantamento indígena do Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN- no contexto da crise e da luta contra o neoliberalismo que os povos latino-americanos estão apresentando na alvorada do século XXI.

1. A revolta do EZLN constitui na realidade o primeiro movimento armado contra o neoliberalismo na América Latina e, em consequência, um dos marcos fundamentais radical em sua contemporaneidade e sua modernidade em termos estritos do termo.
2. A luta zapatista não segue os padrões dos grupos guerrilheiros da década de setenta, mas, apresenta características inéditas tanto na área política, como militar.
3. O movimento zapatista tem servido como um extraordinário fator de coesão e unidade entre as diversas organizações sociais e os indígenas no México, além de converter-se num singular exemplo de resistência e de luta para todos os povos latino-americanos.
4. O EZLN está abrindo a possibilidade para que as propostas democráticas, como a de autonomia regional, ganhem terreno em nossas nações como forma de garantir os direitos históricos dos povos indígenas.
5. A revolta de Chiapas adverte que a vida das etnias está seriamente ameaçada pelo neoliberalismo, pelo que pode se esperar no caso de que este não seja revertido, que a experiência zapatista se repita noutras etnoregiões do México e de nossa América.
6. A luta dos povos indígenas de Chiapas e a rebelião cívica que a acompanha, demonstra a vigência dos movimentos de caráter nacional frente aos efeitos negativos transnacionalizadores do neoliberalismo. Por isso, os novos Estados nacionais têm que representar os interesses de todos os componentes sociais e étnicos, e construir-se em torno dos princípios de igualdade e unidade na diferença que só podem ser garantidos por um regime democrático.
7. O EZLN tem remetido, sem medo, às forças democráticas do México sentimentos que pareciam ter sido varridos pelos efeitos negativos cosmopolitas do modelo neoliberal e pelo cinismo dos intelectuais e dos políticos acostumados com a corrupção e o autoritarismo. Sem dúvida, estes sentimentos são o amor à pátria, o sentido da ética na política e a certeza de que vale a pena lutar por uma vida melhor.

RUANDA: HORROR, BARBÁRIE

África não existe. A África é um espaço vazio na consciência do mundo. De vez em quando neste espaço vazio brota uma chama que durante uns dias altera as consciências ocidentais. Desta vez foi Ruanda, igualmente que nas ocasiões anteriores o foram Somália, Sudão, Etiópia, etc. O desencadeamento da guerra civil e as matanças étnicas colocam em perigo a vida de cascos azuis e missionários brancos. Entretanto

Os últimos testemunhos brancos abandonam o cenário de horror e se põe a salvo em seus refúgios do Norte, África em notícia para o ocidente: tribalismo, selvagerismo primitivo, ... nada o que fazer, há que deixá-los uma vez mais que se matem entre si. Esta é a linguagem hipócrita que o Ocidente se faz a si mesmo para justificar sua responsabilidade histórica e da situação atual do continente africano.

Para o Ocidente, África não tem sido mais que um prêmio precioso saqueado até a extenuação; desde os tempos da escravidão, a divisão das potências, o traçado de fronteiras absurdas com regra sobre o mapa à margem da realidade social, cultural, econômica de seus povos, a exploração de seus povos e riquezas até o espólio brutal, a consideração do homem negro como um ser inferior, a criação de minorias corruptas de poder ao serviço dos interesses capitalistas. Este é o germe que o Ocidente tem desafiado na África e a origem de todo o sofrimento e horror que vivem seus povos. É a herança vergonhosa da colonização europeia, situação que se mantém através de outras vias mais sutis como é o neocolonialismo atual, que impede todo o desenvolvimento econômico e social para os seus povos, está levando-os a um autêntico genocídio.

UM EXTERMÍNIO PLANIFICADO

Há muito tempo diversas organizações humanitárias que trabalham na zona, haviam alertado sobre a generalização do conflito pelas condições extremas de sobrevivência que se dão no país. A razão principal do enfrentamento étnico entre TUTSIS e HUTUS, parte do ressentimento histórico, impulsionado por um imperativo demográfico. O país tem 26 mil quilômetros e 7 milhões de habitantes, com a maior parte dos seus recursos esgotados. A terra não dá para sustentar a todos. Estas mesmas fontes assinalam que este genocídio estava cuidadosamente planejado desde diversas esferas que exortavam ao enfrentamento étnico, somente faltava o detonante para que este

plano fosse cruelmente executado. De outra forma não se explica o grau de crueldade executado com tal rapidez e precisão com que uma parte da população tem sido exterminada em poucas semanas.

Diante deste genocídio, o que faz a comunidade internacional?

Só clia.

Esta claro que para o Ocidente, a África está fora dos seus interesses vitais e, estes genocídios e miséria formam parte da lógica de seu sistema criminal. Com Ruanda nem sequer tem a preocupação de guardar minimamente as forças como na Bósnia e Somália; aqui, seu trabalho humanitário sera o de contabilizar o número de mortos.

Assinatura: Andrés

Fonte: Gallopinto nº 22 verão/94

O SERPAJ EM AÇÃO

O Serviço Paz e Justiça Núcleo São Carlos foi fundado em agosto de 1993. Na época não possuía uma linha própria de trabalho, e sim uma espécie de apoio ou acompanhamento a outras entidades.

Para que o grupo tivesse um trabalho próprio, Luiz Tertulino dos Santos, membro da coordenação, foi para São Paulo, Capital, fazer estágio em alguns movimentos sociais. Depois de dois anos e meio, retornou ao grupo para passar a experiência adquirida.

Depois de muita discussão foi resolvido dar uma atenção especial à causa da criança e do adolescente, e continuar dando apoio à todas as lutas em prol dos Direitos Humanos.

Hoje, depois de muita luta, o núcleo está ligado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e tem direito a voz e voto no Conselho Estadual, no qual desenvolve o "PROJETO EDUCANDO", Educadores de Rua.

Este trabalho de Educadores de Rua tem como objetivo geral dialogar com as crianças e adolescentes, para que se possa conhecer a situação deste menor e encaminhá-lo para uma escola, curso profissionalizante ou a um trabalho como menor aprendiz. Pois, este trabalho para os menores aprendiz existe como Lei Federal que diz o seguinte: as empresas que tiverem acima de nove (9) funcionários é obrigada a contratar um menor aprendiz, tendo o mesmo de 14 a 17 anos, e estar estudando a noite. A empresa registrará um carteira e pagará meio salário mínimo do piso da mesma por quatro horas de trabalho e também terá que matricular o aprendiz no SENAC ou SENAI (dependendo se for manufatura ou comércio) para que possa aprender e, pagará as horas dedicadas ao curso como horas extras.

Já encaminhamos alguns adolescentes para trabalhar baseados nesta Lei. Porém, a maioria das empresas não cumprem a medida, deixando muito a desejar o que diz respeito a vagas para os adolescentes.

Para este trabalho contamos com o apoio de outras entidades como o Educandário São Carlos, a Coordenação Nacional do SERPAJ e Hebert de Souza (Bemho), por sentir que nossa luta também é contra a fome e a miséria e em favor dos direitos humanos.

Em 1995 este ano fazer o lançamento da Campanha Nacional de Mobilização do Projeto Aprendiz e do Selo Contra a Fome, a Miséria, pela Fome e pela Paz.

Nosso endereço para contato e maiores informações é:

* GRUPO SERPAJ/SÃO CARLOS

RUA FRANCISCO MARIJO, 173, BAIRRO JARDIM CRUZEIRO DO SUL

CEP: 13572-090 SÃO CARLOS/SP

SERPAJ SATYAGRAHA

O SERPAJ/Núcleo Satyagraha organizou juntamente com a Pastoral da Juventude e outras ONGs, um ato de solidariedade com o tema "O GRITO DOS EXCLUÍDOS". Este teve como objetivo alertar a sociedade sobre a problemática de uma parte da sociedade que são os miseráveis, ou os "excluídos".

O ato aconteceu no dia 02 de abril deste ano, na torre de televisão em Brasília e contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas. A programação consistiu basicamente em apresentações teatrais, cantos, danças, capoeira, poesias e a participação de Geraldo, um mineiro que veio tentar a vida em Brasília e acabou nas ruas como pedinte. Geraldo

cantou a música "Cidadão", de Zé Ramalho.

O Grupo está participando de vários eventos de Direitos Humanos como fóruns, campanhas, seminários, coletas de assinaturas.

Destacamos a participação no ato de lançamento do Fórum de Combate à Violência e às Armas no Distrito Federal. Norberto participou da mesa promotora. Nesta oportunidade, abordou as propostas do SERPAJ referentes ao desarmamento e combate à violência, além de destacar a visão e compreensão que a entidade tem dos problemas causados pela onda de violência e pela crescente fabricação de armas.

EDUCAR PARA A PAZ

O Serviço Paz e Justiça/SERPAJ Brasil, organização não-governamental tem como objetivo lutar através da não-violência como instrumento efetivo para a transformação da sociedade, para que seja mais justa e fraterna.

A entidade vem desenvolvendo um trabalho de Educação para a Paz e Direitos Humanos. Esse trabalho é realizado através de cursos para professores e educadores populares com o objetivo de defender uma pedagogia que esteja em constante inter-relacionamento com a promoção dos direitos humanos, para que possam realizar um trabalho crítico e responsável diante dos educandos e da sociedade como um todo.

Já aconteceram vários cursos, em Itanhém e em Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia. Em Itanhém, houve o 1º Curso ministrado pelo professor e Pastor Ricardo Wangen da Faculdade de Teologia de São Leopoldo/RS e membro do SERPAJ/Brasil. Os participantes eram professores da rede Estadual e Municipal.

Depois, também foram realizados vários mini-cursos para os alunos do curso de magistério do Colégio Polivalente de Itanhém e do Colégio Normal Municipal de São Bernardo de Itanhém, ministrado pela professora Ana Odália, coordenadora nacional do SERPAJ/Brasil. Ela também ministrou o curso de

Educação para a Cidadania e a Não-Violência para professores e alunos do Centro de Educação Superior de Teixeira de Freitas (CESTEF), na semana litero-pedagógica, promovida pela Faculdade na data de 17 a 21 de outubro.

No Rio Grande do Sul, o SERPAJ/São Leopoldo vem trabalhando com professores da Rede Oficial de Ensino, como também fazendo treinamento para multiplicadores, com o objetivo de capacitá-los para dar continuidade com os cursos de Educar para a Paz.

Em Educação Popular, destaca-se o trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos, que possibilita aos alfabetizados não só aprender a ler, escrever e contar, mas desenvolver a consciência crítica para que possam ser verdadeiros cidadãos e cidadãs.

Este trabalho já vem sendo realizado há algum tempo pelo SERPAJ/Núcleo Pedregal, Goiás. Ampliando para os Estados do Pará, Amazonas, Paraíba e São Paulo.

O SERPAJ/Brasil, enquanto organização que defende o princípio da não-violência ativa, poderá ter um papel fundamental no avanço e na concretização de um plano político-pedagógico de transformação social para o país. Para isto, necessita contribuir efetivamente com o trabalho de educação e conscientização popular.



I ENCONTRO NACIONAL DE OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

O SERPAJ/Brasil, realizou nos dias 20 e 21 de abril, em Brasília, o I Encontro Nacional de Objeção de Consciência, com o objetivo de conceituar e definir uma posição ampla de atuação da entidade neste tema.

Objeção de Consciência é objetar conscientemente à uma regra, à uma lei ou convenção social, que venham a ferir os Direitos Humanos. Liberdade de objetar, de ampliar o universo da Objeção de Consciência-O.C. para outros campos (social, econômico, ecológico e FF.AA.), contrapondo-se ao estabelecido, dizendo não à miséria, à guerra, ao militarismo e a tudo que ameaça a dignidade e a liberdade do ser humano.

A O.C. não é uma atitude individualista daqueles que "sentem repugnância" pelo uso das armas. A O.C. é uma opção arriscada, com a qual se pretende algo diferente na verdadeira luta pela transformação do atual sistema: uma transformação profunda, radical, que negue colaboração ou apoio aos mecanismos de legitimação e reforço da ordem econômica, política, jurídica, cultural, etc., de dominação que vivemos atualmente.

Esta opção parte de uma análise do atual sistema (análise que pode empregar as mais diferentes metodologias) e dos mecanismos que o mantêm. Conclui-se desta análise que vivemos num regime internacional de dominação dos ricos sobre os pobres (a norte sobre o sul, os capitalistas sobre populações e culturas, etc.). Esta denominação utiliza diversas ferramentas e se baseia na força que os poderosos aplicam sobre os povos. Força que em algumas ocasiões é exercida como explo-

**DECLARO-ME
DESERTOR.
DECLARO-ME HUMANO,
DECLARO-ME AMANTE
DA VIDA,
LUTADOR DA PALAVRA
ABERTA, DA VERDADE
INDEBENCIVEL, DA
JUSTIÇA FRANCA.
DECLARO-ME
DESERTOR.
DECLARO-ME HUMANO.**

**DECLARO-ME OBJETOR
DE CONSCIÊNCIA.**



**PARTICIPANTES DO I ENCONTRO DE
OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA**

ração econômica, em outras como colonização e implantação de valores ideológicos que justificam este estado de coisas, em outras sob o sinal da dependência. Esta dependência, baseia-se fundamentalmente, na submissão voluntária e passiva e, noutras ocasiões, são utilizados mecanismos de chantagem, no qual os exércitos têm um papel fundamental.

A O.C. como estratégia política de desobediência civil e como compromisso de transformação social é algo prático e praticável por homens e mulheres, trabalhadores, estudantes, adultos e jovens, etc. Isto todos e todas estão afetados pelo m

ainda que de diferentes e diversas formas. A O.C. se faz mediante a insubmissão e não participação na guerra e nos seus treinamentos e manifestações, contudo, procura desenvolver uma educação que elimine a cultura militarista desenvolvendo estudos e práticas para uma defesa popular não-violenta.

Diante desta posição o SERPAJ/Brasil reafirmou a sua atuação contrária ao militarismo e aos seus efeitos, enfatizando sobretudo, as Campanhas que vem realizando sobre: Objeção à Justiça Militar e o Manifesto contra o Sistema e a Convocação Militar.



SERPAJ/BRASIL

SDS - Ed. Venâncio V - Sala 313
CEP: 70393-900 Brasília/DF
Telefax: (061) 225 8738

Colaboraram nesta edição: Ana Odália Vieira Sena, Maria da Penha Félix,
Luis Tertulino, Ângela Stanguerlin e o Deputado Nilmário Miranda.
Revisão jornalística: Ieda Maria Cavalcante.
Ilustrações: Lito e Lisarb.
Apoio: União Européia.

SERPAJ/ARGENTINA
PIEDRAS, 730
BUENOS AIRES
1070 ARGENTINA

IMPRESSO

FAÇA SEU RECADASTRAMENTO do JORNAL “JUSTIÇA E NÃO VIOLÊNCIA”

*“Onde há conhecimento verdadeiro
há sempre alegria.*

*Como a verdade é eterna, assim a
alegria que dela deriva é eterna”.*

Gandhi

A assinatura do Jornal “**JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA**”
pode ser feita por:

- Cheque Nominal ao SERPAJ/Brasil;
- Depósito em Conta: Banco Bradesco
Agência 606 C/C 64718-7 – SERPAJ/Brasil

Assinatura individual: R\$ 5,00. A cada cinco (5)
assinaturas, uma (1) grátis.

NOME: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

MILITANTE () SIMPATIZANTE () ENTIDADE ()